



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO
BRASIL

Presidência da Companhia Urbanizadora da Nova
Capital do Brasil

Ofício N° 2515/2022 - NOVACAP/PRES

Brasília-DF, 10 de outubro de 2022.

Senhor Presidente,

Ref.: Processo n° 00600-00008418/2020-49-e - TCDF

Ref.: Processo SEI/GDF n° 00600-00011445/2022-61

Cumprimentando-o cordialmente nos reportamos ao **Ofício n° 8232/2022-GP (Doc. SEI/GDF n° 96236164)**, no qual esse Tribunal encaminha a **Decisão n° 3956/2022-GP (Doc. SEI/GDF n° 96241983)**, quando apreciou o Processo n° 00600-00008418/2020-49-e, de relato do CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA.

Cumpre registrar que a Decisão referenciada trata da **"Análise da parceria público-privada, sob a modalidade concessão patrocinada, promovida pela Secretaria de Estado de Projetos Especiais - SEPE/DF, tendo por objeto o fornecimento de refeições, construção, manutenção e operação de 6 novos restaurantes comunitários, bem como a revitalização/modernização, manutenção e operação dos 14 restaurantes já existentes"**, conforme transcrição, *in verbis*:

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o Voto do Relator, decidiu:

(...)

VIII - determinar à SEPE/DF, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES/DF e à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap que façam constar dos processos administrativos relativos a cada um dos modelos de implementação e operação dos restaurantes comunitários - caso se opte por seguir com a execução simultânea do modelo atual para 10 novas unidades e do modelo de PPP para as 14 unidades já existentes e para mais 6 novas - justificativa que demonstre a oportunidade e a conveniência dessa opção;

IX - recomendar ao Governador do Distrito Federal, por meio da Casa Civil, que adapte, uma vez devidamente demonstradas a oportunidade e a conveniência da concretização da PPP ora em análise, o Decreto n° 33.329/2011, tendo em vista que a concessão, nos moldes do projeto apresentado ao Tribunal, por se tratar de um modelo de gestão indireta e não de gestão semidireta, contraria a opção feita pelo GDF por meio do § 2° do art. 12 da referida norma;

X - alertar o Governador do Distrito Federal de que:

a) a implementação concomitante de modelos diversos para a mesma política pública – por um lado, a concessão ora em análise, envolvendo o total de 20 restaurantes (14 já existentes e 6 a construir), por outro a construção de 10 novos restaurantes comunitários, por meio de contratos a serem firmados pela Novacap, para operarem pela sistemática atual de prestação dos serviços –, além de acarretar possível afronta ao princípio da igualdade na operacionalização da política pública, pode representar gastos públicos futuros evitáveis, caso a política venha a ter os níveis de serviço e o modelo de gestão padronizados em momento posterior;

(...)" (grifo nosso)

Destarte, no que tange as determinações contidas nos incisos VIII e IX da referida Decisão, após pormenorizada análise do nosso corpo técnico, nos termos do Despacho - NOVACAP/PRES/DE/DETEC (doc. SEI/GDF nº 97127406), e dos documentos acostados aos autos (Doc. SEI/GDF nºs 97125851, 97125981, 97126784, 97126972 e 97127186) esta Companhia informa o seguinte:

"(...)

Os autos foram remetidos a este Departamento mediante Despacho - NOVACAP/PRES/DE (Doc. SEI/GDF 96284400), o qual refere-se ao Despacho - NOVACAP/PRES (Doc. SEI/GDF 96243873), para conhecimento e manifestação quanto aos itens **VIII** e **X** da referida Decisão, concedendo prazo para envio das respostas até o dia **06/10/2022**.

Os itens **VIII** e **IX** da **Decisão nº 3956/2022 (Doc. SEI/GDF 96241983)** determinam:

(...)

VIII – determinar à SEPE/DF, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES/DF e à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap que façam constar dos processos administrativos relativos a cada um dos modelos de implementação e operação dos restaurantes comunitários – caso se opte por seguir com a execução simultânea do modelo atual para 10 novas unidades e do modelo de PPP para as 14 unidades já existentes e para mais 6 novas – justificativa que demonstre a oportunidade e a conveniência dessa opção; IX – recomendar ao Governador do Distrito Federal, por meio da Casa Civil, que adapte, uma vez devidamente demonstradas a oportunidade e a conveniência da concretização da PPP ora em análise, o Decreto nº 33.329/2011, tendo em vista que a concessão, nos moldes do projeto apresentado ao Tribunal, por se tratar de um modelo de gestão indireta e não de gestão semidireta, contraria a opção feita pelo GDF por meio do § 2º do art. 12 da referida norma;

Assim, considerando que esta Companhia, constituída na forma da Lei nº 2.874, é uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações, integrante da Administração Indireta do Distrito Federal, com personalidade jurídica, regida pela Lei nº 5.861 de 12 de dezembro de 1972, pela Lei nº 4.545 de 10 de dezembro de 1964.

Conforme art. 2º do Estatuto Social, a NOVACAP atua sob demanda:

Art. 2º. NOVACAP tem por objeto social:

I - o gerenciamento e a execução de obras e serviços de urbanização e construção civil de interesse do Distrito Federal, diretamente ou por contrato com entidades públicas ou privadas, bem como a prática de todos os demais atos concernentes aos seus objetivos sociais os quais poderão ser executados em qualquer parte do Território Nacional, observadas as normas de gestão orçamentária e financeira aplicáveis.

II - a fiscalização de obras públicas de infraestrutura mediante a celebração de convênios e contratos com órgãos e entidades da administração direta e indireta e com organismos internacionais para a prestação de serviços técnicos especializados;

III - o desenvolvimento de estudos e projetos.

§ 1º O objeto social definido no caput compreende as atividades de elaboração, análise e aprovação de projetos de drenagem e pavimentação, bem como a execução, fiscalização e gerenciamento, direta ou indiretamente, das obras e serviços de engenharia, arquitetura, urbanização, drenagem pluvial, pavimentação, conservação de áreas verdes, paisagismo no Distrito Federal.

§ 2º A consecução de seus objetivos se dará conforme demanda do Governo do Distrito Federal, de seus Órgãos, Autarquias, Fundações e demais Empresas e Entidades que compõem a sua estrutura administrativa, mediante a correspondente destinação e disponibilização dos recursos orçamentários e financeiros necessários e suficientes para o seu atendimento.

§ 3º No esforço dirigido ao alcance dos objetivos, os agentes de governança da NOVACAP devem zelar pela viabilidade econômico-financeira da empresa, agir para reduzir as externalidades negativas de suas operações e aumentar as positivas, considerando os diversos capitais envolvidos, sejam eles intelectuais, financeiros, manufaturados, humanos, sociais, ambientais, reputacionais e outros observáveis no curto, médio e longo prazos. (grifamos)

Considerando-se que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF) é a responsável pela execução das políticas de Assistência Social, Transferência de Renda e de Segurança Alimentar e Nutricional, da gestão do Sistema Único de Assistência Social e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do DF, tendo como objetivo primordial, garantir e efetivar o direito à proteção social para a população em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio da oferta de serviços e benefícios que contribuam para o enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, através do desenvolvimento de potencialidades, da autonomia, o empoderamento das famílias e a ampliação de sua capacidade protetiva (informação disponível em <http://www.sedes.df.gov.br/secretaria-adjunta/>, acessado em 05 Out 2022).

Em tramitação interna na SEDES/DF foi indicado inicialmente 10 possíveis regiões administrativas onde seriam implantados restaurantes comunitários, conforme Memorando N° 82/2020 - SEDES/SEADS (Doc. SEI/GDF n. 97125851), de 01/09/2020.

Posteriormente, a SEDES/DF identificou as áreas com a maior necessidade de elaboração de projeto, construção e/ou reforma de Restaurantes Comunitários no âmbito do DF mediante Despacho - SEDES/SEADS/SUBSAN (Doc. SEI/GDF 97125981), de 22/09/2020:

- 1º Sol Nascente/Pôr do Sol - RA-XXXII;
- 2º Samambaia - RA-XII
- 3º SH Arapoanga, Planaltina - RA-VI
- 4º Porto Rico, Santa Maria - RA XII
- 5º Arniqueira - RA-XXXIII
- 6º Ceilândia - RA-IX (Sul e Norte)
- 7º Varjão - RA-XXIII
- 8º SH Vicente Pires - RA-XXX
- 9º Taguatinga - RA-III

Em novembro de 2020 a NOVACAP recebeu demanda da SEDES/DF para estabelecimento de Convênio visando a construção e novos restaurantes comunitários no Distrito Federal, conforme Ofício N° 881/2020 - SEDES/GAB/SUAG (Doc. SEI/GDF 97126784), complementado pelo Ofício N° 14/2021 - SEDES/SEADS (Doc. SEI/GDF 97126884) e Ofício N° 17/2021 - SEDES/SEADS (Doc. SEI/GDF), para elaboração de projetos de arquitetura, de instalações e de estrutura, aprovações e licenças e execução de obra nos seguintes locais:

1. QS 9 Avenida Águas Claras, Lote 3, Arniqueira/DF
2. SHSN Trecho 2 Etapa II Quadra 105 Conjunto O Área Especial 1, Sol Nascente/DF
3. QR 833 Conjunto 8 Lote 1, Samambaia/DF
4. Quadra 8, Conjunto F, Lote 1, Varjão - DF
5. EQNO 12/14 Lote B, Setor O Norte, Ceilândia Norte - DF

Assim, a NOVACAP elaborou projetos para construção das unidades do Trecho 2 do Sol Nascente (obra em andamento), da QR 833 de Samambaia, da Quadra 8 do Varjão, ambas em licitação, da reforma na QS9 DE Arniqueira (obra em execução), bem como da unidade na EQNO 12/14 na Ceilândia, pendente de conclusão por falta de laudo de sondagem geotécnica.

Haja vista a decisão governamental no sentido de descentralização de recursos por parte da Secretaria de Estado de Economia diretamente à NOVACAP, conforme esclarecido no Ofício N° 764/2022 - SEDES/SEEDS (Doc. SEI/GDF 97127186) encontra-se em andamento as providências para estabelecimento de Acordo de Cooperação Técnica entre a SEDES/DF e a NOVACAP para elaboração de projetos, realização de licitação, contratação e fiscalização da execução das obras dos restaurantes comunitários.

Salienta-se ainda que a NOVACAP não participou dos estudos relativos à Parceria Público Privada que a SEPE/DF objetiva estabelecer.

Isto posto, salvo entendimento diverso, a NOVACAP não dispõe de prerrogativa para estabelecer **modelos de implementação e operação dos restaurantes comunitários**, não tendo condições de apresentar **justificativa que demonstre a oportunidade e a conveniência dessa opção**, nem tampouco de avaliar **a implementação concomitante de modelos diversos para a mesma política pública**, no **modelo de concessão pública ou para operarem pela sistemática atual de prestação dos serviços**.

Desse modo, entende-se que a competência para realizar o completo esclarecimento pertinente à Decisão n° 3956/2022 (Doc. SEI/GDF 96241983) é conferido ao

Distrito Federal, representado pela SEDES/DF ou pela Secretaria de Estado de Projetos Especiais (SEPE/DF)."

Dessa forma, e considerando os esclarecimentos técnicos pormenorizados, acima transcritos, encaminhamos a Vossa Excelência nossos argumentos visando esclarecer que esta Companhia *"não dispõe de prerrogativa para estabelecer **modelos de implementação e operação dos restaurantes comunitários**, não tendo condições de apresentar **justificativa que demonstre a oportunidade e a conveniência dessa opção**, nem tampouco de avaliar **a implementação concomitante de modelos diversos para a mesma política pública**, no **modelo de concessão pública ou para operarem pela sistemática atual de prestação dos serviços**".*

Ante o exposto, solicitamos o encaminhamento do presente ao I. **CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA**, e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE

Diretor-Presidente

A Sua Excelência o Senhor

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente do Tribunal de Contas do

Distrito Federal - TCDF

Brasília/DF



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE - Matr.0973488-0, Diretor(a) Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 10/10/2022, às 17:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **97445329** código CRC= **1A89E074**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
3403-2310
Site: - www.novacap.df.gov.br